



Instituto
GUAICUY

ANEXO 1.1
PROJETOS DAS
COMUNIDADES
ATINGIDAS

ALMA
NAQUE
REGIÃO 4





ANEXO 1.1
PROJETOS DAS
COMUNIDADES
ATINGIDAS

Possíveis projetos
relacionados a atividades
econômicas e danos
percebidos





SUMÁRIO

Apresentação
pág 6

Caminhos e ferramentas
populares de consulta
pág 8

Formiguinhas: uma história de
luta, esperança e recomeço
pág 10

Projetos locais
pág 18



Artesanato e
produção artesanal
pág 25



Cadeia
do turismo
pág 33



Hortas e quintais
produtivos
pág 41



Avicultura e
produtos granjeiros
pág 27



Extrativismo
pág 35



Meliponicultura
e apicultura
pág 43



Bovinocultura
e suinocultura
pág 29



Feiras,
cooperativismo e
associativismo
pág 37



Piscicultura
pág 45



Cadeia
da pesca
pág 31



Festas
tradicionais
pág 39



Produção de
alimentos e bebidas
pág 47

Possíveis projetos
regionais
pág 48

Danos coletivos e
socioeconômicos
pág 54

APRESENTAÇÃO

ESTE ALMANAQUE, que guarda a memória do processo de definição dos danos coletivos e socioeconômicos mais vivenciados pela população da Região 4 atingida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho e o levantamento de projetos para compensá-los, nasce da caminhada das pessoas atingidas na luta por reparação. Ele reúne lembranças, registros e conquistas importantes de um processo construído com muita participação, organização e coragem.

Em 25 de janeiro de 2019, o desastre-crime provocou a morte de 272 pessoas, devastou comunidades inteiras e causou danos profundos ao meio ambiente, na economia e na vida de milhares de famílias ao longo de toda a Bacia do Paraopeba, Represa de Três Marias e calha do São Francisco. Desde então, as pessoas começaram a se organizar para garantir que a reparação não fosse tratada como um favor, mas reconhecida como um direito.

Na Região 4, esse movimento surgiu desde os primeiros momentos, com a criação de comissões locais. Esses grupos

foram responsáveis por eleger o Instituto Guaicuy como Assessoria Técnica Independente, garantindo que as comunidades tivessem apoio para construir propostas e defender seus direitos.

No dia 4 de fevereiro de 2021, foi assinado o **Acordo Judicial de Reparação dos Danos Coletivos** entre a Vale, o Governo de Minas Gerais, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública de Minas Gerais. O Acordo estabeleceu diversas medidas de reparação para os danos coletivos sofridos pelas comunidades, entre elas o **Anexo 1.1**, que destina recursos para **projetos comunitários e linhas de crédito e microcrédito**, prevendo **a participação direta das pessoas atingidas em todas as etapas** e fortalecendo a **governança popular** nos territórios.

Ainda em 2021, as pessoas atingidas começaram a debater sobre a organização necessária para gerenciar essas medidas, elaborando documentos importantes, como o dossiê sobre crédito e microcrédito e o mapa preliminar de governança. Em seguida, no 1º Encontro das

Pessoas Atingidas da Bacia, foram definidos os critérios para escolha da Entidade Gestora, garantindo autonomia, independência frente à Vale e capacidade técnica para conduzir os recursos.

No ano seguinte, o processo se aprofundou com formações, reuniões de Comissão, cartilhas explicativas e a sistematização dos danos coletivos. A Região 4 desempenhou papel fundamental em todo esse percurso, mantendo encontros regulares, criando materiais de comunicação e ajudando a estruturar as metodologias que hoje sustentam a **governança popular** do processo de reparação.

Em novembro de 2023, foi concluída a Cartilha do Anexo 1.1, organizada a partir das escutas locais e dos debates realizados nos territórios. No ano seguinte, encontros regionais, eventos comunitários e reuniões formativas consolidaram as propostas construídas pelas comunidades. Nos dias 8 e 9 de junho daquele ano, o Encontro da Bacia aprovou a proposta definitiva do Anexo 1.1, definindo critérios de aplicação, processos de governança e diretrizes para execução dos projetos.

Em 2025, foi realizado o **diagnóstico de danos nas comunidades**, conferindo e validando com cada uma das comunidades os danos coletivos sofridos. Em junho, a **Entidade Gestora iniciou oficialmente seus trabalhos**, e também nesse mês os **Conselhos e Setores locais da Região 4 se estabeleceram**, garantindo participação direta das comunidades e dos Povos e Comunidades Tradicionais na tomada de decisões. Já em agosto de 2025, foi a vez de **escolher os representantes do Conselho Regional e do Setor Regional**, completando a estrutura de **governança popular** e participativa.

Agora, este Almanaque registra parte desse caminho. Ele apresenta os danos reconhecidos, alguns dos projetos levantados pelas comunidades e o desenho dos Conselhos que irão guiar as próximas etapas. Mais do que um documento, é um testemunho de um processo histórico, coletivo e democrático, construído com coragem e participação ativa das pessoas atingidas da Região 4 e de toda a Bacia do Paraopeba.

Os projetos podem ser modificados, melhorados, ampliados. Aqui está um registro deste momento, no segundo semestre de 2025, para que seja um instrumento de memória e de luta.

Quem construiu o restante deste Almanaque foram as pessoas atingidas dos municípios de Pompéu e Curvelo, por meio de seus representantes das Comissões e comunidades. Os projetos aqui listados foram escolhidos por elas e eles. Os panfletos, formulários, falas e fotos: tudo aqui é das pessoas atingidas.

Seguir adiante significa manter viva essa construção, com unidade e o compromisso de garantir que a reparação dos danos coletivos seja realizada com justiça, dignidade e **governança popular** para todas e todos.

AS COMISSÕES de Pessoas Atingidas e Povos e Comunidades Tradicionais da Região 4 foram fundamentais na organização e na execução do levantamento de potencialidades para projetos em suas respectivas comunidades, atuando diretamente no diálogo, na mobilização e na articulação das pessoas atingidas. Os **caminhos e ferramentas populares de consulta** se desenvolveram a partir e apesar de cada um dos desafios que surgiram. Todo o processo se baseou em princípios como o protagonismo comunitário, o respeito às culturas locais, a inclusão e a transparência, sempre em uma abordagem participativa.

Os primeiros **Planos de Ação de Consulta Popular para o Anexo 1.1 da Região 4** foram elaborados pela **Comissão de Angueretá** em dezembro de 2023 e pela **Comissão de Cachoeira do Choro e Encontro das Águas** em fevereiro de 2024, com etapas, ferramentas e prazos bem definidos — que precisaram ser reajustados em virtude do início dos 90 dias de construção da Proposta Definitiva com a Entidade Gestora do Anexo 1.1. Ambos os planos refletiam a necessidade

de ampla mobilização em comunidades densamente populosas e com perfil de ocupação diverso, bem como a criatividade de seus representantes.

Folhetos com tirinhas explicativas e perguntas como “O que tem no seu quintal?”, de elaboração própria das Comissões, foram distribuídos em reuniões comunitárias e nos principais pontos de circulação da comunidade, com o compromisso de coleta e sistematização sendo assumido pelos representantes. As devolutivas (palavra que entrou no vocabulário das comunidades) se iniciaram em meados de 2024 no formato presencial e, para ampliar o alcance, estão acontecendo mesmo um ano depois, inclusive virtualmente.

Algumas Comissões, como é o caso dos **Recantos, Balneário Reino dos Lagos e São Marcos e Santa Cecília**, também investiram em estratégias diversificadas de comunicação popular, como a criação de formulário virtual além da distribuição dos formulários físicos. Ainda podemos citar o trabalho “boca a boca” de cada representante que transformou o Anexo 1.1

em assunto nas casas e sítios durante o café da tarde. Foi pensando nos fluxos de circulação de pessoas nesses territórios que as devolutivas para validação das propostas também ocorreram por meio de porta a porta, inclusive com distribuição de panfletos informativos, e não somente em reuniões comunitárias.

Com os Povos e Comunidades Tradicionais, todo diálogo é coletivo em essência e ação. No **Quilombo de Saco Barreiro**, esse processo respeitou as instâncias representativas locais, com diálogo direto junto à Irmandade e à Associação Comunitária, que indicaram a necessidade de uma reunião comunitária prévia, para a definição de projetos prioritários, sendo apresentados e validados posteriormente em reunião com a Assessoria Técnica Independente. O **Povo Indígena Kaxixó**, por sua vez, realizou a etapa de validação das propostas sistematizadas após levantamento coletivo nas três aldeias por meio de duas reuniões. Todas as propostas foram submetidas à aprovação das lideranças tradicionais, incluindo o cacique, o vice-cacique, representantes da Associação Comunitária e demais

referências, em conformidade com as diretrizes estabelecidas em seu Protocolo de Consulta.

As **Comissões do Baú e Piau**, dos **Assentamentos** e de **Novilha Brava e Campo Alegre** elaboraram um questionário semiestruturado, composto por perguntas abertas. A ferramenta teve como finalidade identificar, além das atividades econômicas atualmente desenvolvidas, aquelas que apresentam potencial de implementação, bem como as que, na percepção das pessoas atingidas, poderiam beneficiar um maior número de pessoas. As respostas foram sistematizadas em uma tabela, na qual os participantes atribuíram ordem de prioridade às propostas, considerando o impacto social e econômico de cada uma. Por fim, no último item do questionário era feito o detalhamento dos recursos necessários para a execução dos projetos priorizados.

Para o Baú e Piau, após levantamento preliminar em plantão comunitário por meio de chuva de ideias — permitindo visualizar aquelas mais recorrentes num painel, iniciou-se um processo de

aplicação individual de formulários pela Comissão, com apoio do Instituto Guai-cuy. Nos casos dos Assentamentos e de Novilha Brava/Campo Alegre, a consulta, inicialmente feita com as Comissões, foi ampliada com a aplicação de formulários em visitas domiciliares conduzidas pelos próprios representantes aos diversos núcleos familiares em suas comunidades. Aqui, a familiaridade com o tema frutificou da melhor forma: diversas pessoas atingidas que estavam afastadas do processo de reparação há algum tempo decidiram somar-se às reuniões comunitárias de validação de propostas.

Fragmentos de todo esse processo estão registrados nas páginas a seguir, que são ao mesmo tempo memória de uma caminhada e ferramenta para o que ainda está por vir, com execução dos projetos.

Formiguinhas: uma história de luta, esperança e recomeço*

NUMA MESA de café, numa conversa na esquina, aos poucos, a compreensão dos danos sofridos começou a tomar forma por meio da voz das nossas comunidades. Perder o rio foi o começo do sofrimento de muita gente. Cada um de nós se sentia injustiçado de alguma forma e o grande começo foi mesmo a dor.

Desde o rompimento, nossa vida mudou profundamente. De uma hora para outra ficamos indefesos e o impacto foi tão sério que sozinhos não chegaríamos em lugar nenhum. Depois de lutarmos para conquistar o direito de acompanhamento, elegemos, para nos auxiliar, o Instituto Guaicuy como

Assessoria Técnica Independente (ATI). Depois, com o Acordo Judicial, foram definidas algumas medidas de reparação, incluindo o Anexo 1.1. Com a nossa organização e o apoio da ATI, realizamos em 2021, em Sarzedo, o 1º Encontro das Pessoas Atingidas da Bacia, que contou com representantes de todas as regiões atingidas.

Desde então, participamos de inúmeras reuniões para detalhar os danos, junto com integrantes das Comissões, moradores das comunidades e a equipe do Guaicuy. Ainda identificamos e organizamos os danos coletivos que sofremos e construímos o Plano de Trabalho do 1.1 com a Entidade Gestora.

Em uma dessas reuniões, foram tantos danos levantados que o painel não suportou e acabou caindo. Isso mostra como os problemas e prejuízos são tantos que é até difícil de dimensionar e de lembrar. Depois veio a conferência, registrando os danos que mais foram falados ao longo de todo esse tempo, uma luta diária. Cada comunidade conferiu os seus danos sofridos para construir um diagnóstico, que foi enviado para a Entidade Gestora e as Instituições de Justiça.

A esperança de quem vive da terra e do rio renasceu com a possibilidade de recuperar, pelo menos em parte, a renda. É necessário resgatar as nossas vidas, reconstruir a nossa história, reinventando caminhos. Desde o início, a chance de elaborar projetos com os recursos do Anexo 1.1 se mostrou importante para as nossas comunidades. Juntos, começamos

a nos questionar: como unir forças? Como aproveitar o pequi, enxergar o pescador, reorganizar o turismo? O que temos em nossos quintais? O que perdemos e o que sonhamos?

Aí começou um trabalho de formiguinha, que vai se estender muito ainda: mais reuniões, visitas de porta em porta, produção de formulários, folhetos e até história em quadrinhos. Foi muito empenho para que a gente conseguisse se aproximar mais das nossas comunidades, explicar sobre o que é o Anexo 1.1 e aprofundar um pouco os entendimentos durante o levantamento de potencialidades para os projetos. Todos estamos mais instruídos, sabendo melhor os nossos direitos.

Muita gente opinou, dezenas de ideias nasceram. Trabalhamos, comemos o pó da lama, mas não desistimos, porque essa troca é essencial e só quem é atingido conhece o que realmente passou a viver depois do desastre. Cada quintal é único. Ele é uma extensão de nós, e cabe a cada pessoa atingida verbalizar sua necessidade, insistir para que ela seja vista e ouvida, esforçar para que o projeto em sua comunidade possa nascer sadio e que seja duradouro. O 1.1 é o único Anexo do Acordo de Reparação em que temos algum poder de escolha. Passamos a entender que não podemos aceitar o que vem pronto. Temos que participar para não deixarmos os grandes decidirem por nós.

Temos consciência que muita gente ainda não sabe direito o que significa a reparação, mas estamos seguindo e

amadurecendo. Os projetos trazem propostas para reinventar os nossos modos de gerar renda, de atrair turistas e valorizar os imóveis novamente... Também estamos pensando em projetos para melhorar nossa qualidade de vida e a saúde física e mental. Temos um extenso caminho para discutir sobre os projetos locais e regionais e chegar num ponto que fique bom para todos. Seguiremos com humildade e com muita coragem nessa construção, que sabemos que é nossa, mas longa.

Como Conselhos ou Comissões, somos apenas representantes. Sem a participação da população, não vamos chegar a lugar nenhum. Por isso, convidamos as pessoas a se sentirem parte e se apropriarem deste Anexo. Ele pode ser um novo rumo, um recomeço, mas somos cada um de nós, em nossas comunidades, que vamos fazer isso acontecer (lembra da formiguinha?).

O Anexo 1.1 é um sonho que começou a se concretizar. Mas ainda estamos desconfiados, com um pé atrás, pois tudo que é novo gera dúvidas e expectativas. Porém, quando o primeiro projeto começar a criar forma e os ares de esperança começarem a soprar, as sementes se espalharão. O que para muitos são só migalhas para nós é recuperar a dignidade mansa, leve e em paz. A vontade de produzir, de ser útil. De se reerguer, se reinventar.

Quem ler este Almanaque vai conhecer nossa história de luta e das várias pessoas atingidas na nossa Região. Vamos seguir juntos, porque sem união e respeito nada vai pra frente!

* ESCRITO POR

**ALAIDE
DE OLIVEIRA
CAMPOS**
Campo Alegre
▶ Pompéu

**ANDERSON
VIEIRA DA SILVA**
Angueretá
▶ Curvelo

**CARLA
DE ALMEIDA
RAMOS**
Quilombo Saco
Barreiro
▶ Pompéu

**CARLOS ROBERTO
DE SOUZA**
Chácaras
▶ Curvelo

**CRISTINA
APARECIDA
MOREIRA PEREIRA**
Fazendinhas Baú
▶ Pompéu

**DARCIO MARCOS
ABREU**
São Marcos
▶ Pompéu

**ELIANA MARQUES
BARROS**
Cachoeira do Choro
▶ Curvelo

**ELLEN KÜCHLER
LEÃO APROBATO**
Angueretá
▶ Curvelo

**EUNICE
DA SILVA
COSTA LIMA**
Santa Cecília
▶ Pompéu

**FÁTIMA MARIA
DE JESUS CHAVES
SOARES**
Fazendinhas Baú
▶ Pompéu

**GABRIELA
CARVALHO
DE SOUZA**
Encontro das Águas
▶ Curvelo

**GERALDA
MARIANO SILVA**
Balneário Reino
dos Lagos
▶ Pompéu

**GLAUCILENE
SOUSA SOBRINHO
NOGUEIRA**
Chácaras
▶ Curvelo

**HAMILTON
DE CÁSSIO
VILARINO**
Balneário Reino
dos Lagos
▶ Pompéu

**ISABELA MARIA
PIRES DA COSTA**
Balneário Reino
dos Lagos
▶ Pompéu

**JEANE APARECIDA
DA SILVA CAMPOS**
Angueretá
▶ Curvelo

**JEANE PEREIRA
DA SILVA**
Cachoeira do Choro
▶ Curvelo

**JOAQUIM PAPA
DA SILVA**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**JOELMA
APARECIDA
HONORATO**

Recanto do Funil

► Pompéu

**KLEBER CASTELAR
DUARTE**

Novilha Brava

► Pompéu

**LAYANE BARBOSA
DA CRUZ CORRÊA**

P.A. Queima Fogo

► Pompéu

**LUCIENE GANDA
RODRIGUES**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**LUIZ HIPOLITO
DE SOUZA**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**LUZIA VELOSO
DA FONSECA**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**MARCIA RITA
DA SILVA BORGES**

Encontro das Águas

► Curvelo

**MARCONE LEÃO
APROBATO**

Angueretá

► Curvelo

**MARIA
AUXILIADORA
PIRES**

Gomes -

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**NILZA HENRIQUE
DE SOUZA LAGE**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**OSVALDO
MARIANO
DA SILVA**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**PAULA MARTINS
DA SILVA**

Balneário Reino
dos Lagos

► Pompéu

**PAULO AUGUSTO
PINTO**

DA SILVA

Fazendinhas Baú

► Pompéu

**QUÉSIA MARTINS
DOS SANTOS**

Santa Cecília

► Pompéu

**RONALDO DO
CARMO
DE FARIA**

Recanto do Funil

► Pompéu

**ROSANA
DA SILVA
OBERHOFER**

São Marcos

► Pompéu

**ROSANGELA MARIA
DE SOUZA**

Angueretá

► Curvelo

**SÁVIO ALVES
DE PAULA**

Fazendinhas Baú

► Pompéu

**VALDEMIR GOMES
DA SILVA**

Recanto do Funil

► Pompéu

**VERA LÚCIA
DE CARVALHO
SOUZA**

Encontro das Águas

► Curvelo



COMISSÃO DE ATINGIDOS
DA CACHOEIRA DO CHORO E
ENCONTRO DAS ÁGUAS-CURVELO-MG



Amexo
UM.PONTO.UM

começando
a reparação

MEU PAI VAI NA REUNIÃO
COMUNITÁRIA!

ELE DISSE QUE É A
COMUNIDADE QUE VAI
DECIDIR COMO SERÁ
USADO O DINHEIRO
DA REPARAÇÃO!

O QUE É A
REPARAÇÃO?

É UMA FORMA DE
RECONSTRUIR O FUTURO
ECONOMICO E SOCIAL DE
ANGUERETA.

O DINHEIRO JÁ ESTÁ
RESERVADO, MAS O POVO
PRECISA FAZER UM PROJETO
PARA SER LIBERADO.

A REPARAÇÃO NELA
ANEXO, UM PONTO.UM
TAMBÉM PREVE O
USO DESTES DINHEIRO
PARA CRÉDITO E
MICRO CRÉDITO PESSOAL

MINHA MÃE
E EU PODEMOS
IR NA REUNIÃO
TAMBÉM?

COM CERTEZA

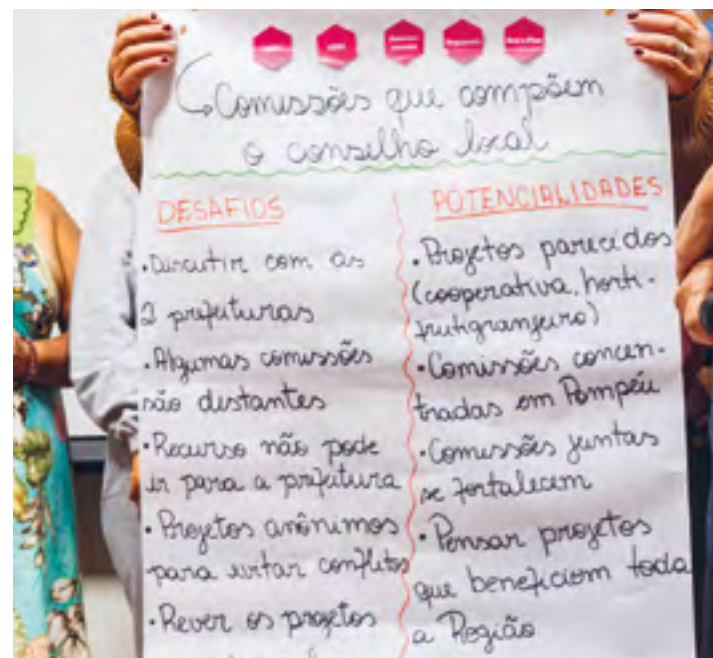
SOMOS NÓS
QUE VAMOS DECIDIR
EM CONJUNTO COMO
GARANTIR UM FUTURO
MELHOR AQUI EM
ANGUERETA

CONTINUA

O que é a conferência de donos? Para que serve?

É o processo de conferir junto as Comissões os donos Coletivos de cada comunidade ou povo.





Projetos locais
sugeridos

74

Comissões
envolvidas

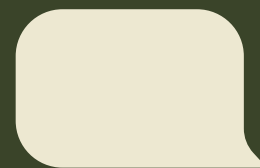
10

Atividade
econômica que
mais aparece



**Produção de
alimentos e
bebidas**





Projetos locais

(Pequenos projetos)

REGIÃO 4



CONSELHO
LOCAL 1



CONSELHO
LOCAL 2



SETOR
LOCAL 1



SETOR
LOCAL 2

COMISSÕES

- Atingidos de Angueretá
- Assentamentos
- Baú e Piaú
- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas
- Novilha Brava e Campo Alegre

- Balneário Reino dos Lagos
- Povo Kaxixó ▲
- Quilombo Saco Barreiro ◆
- Recantos
- São Marcos e Santa Cecília

- Povo Kaxixó ▲

- Quilombo Saco Barreiro ◆

COMUNIDADES

P.A. Queima Fogo,
P.A. Chácara Chórius,
Fazendinhas Baú (I, II e III),
Recanto do Piaú, Novilha
Brava, Campo Alegre,
Angueretá, Cachoeira
do Choro, “Fazendinha”
Chácaras e Condomínio
Encontro das Águas

Balneário Reino dos Lagos,
Condomínio São Marcos,
Condomínio Santa Cecília,
Recanto do Laranjo,
Recanto do Funil, Recanto
da Sucupira, Recanto dos
Pássaros, Condomínio
Canto da Seriema

Aldeias Fundinho,
Pindaíba e Capão
do Zezinho

Quilombo Saco Barreiro

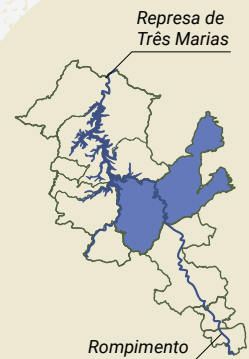


Conheça as Comissões
bit.ly/guiacomissoes



Setor

*As Comissões Povo Kaxixó e Quilombo Saco Barreiro fazem parte do Conselho Local 2 e compõem, cada uma, seus próprios Setores Locais.





Entenda as páginas de projetos

ATIVIDADE ECONÔMICA

Nome da atividade

Atenção às cores:



Verde: a atividade econômica aparece em 1 a 4 Comissões



Amarelo: em 5 a 7 Comissões



Azul: em 8 a 10 Comissões

PROJETOS LOCAIS

Conselho/Setor

Proposta de projeto

● Comissão



Bem jurídico é aquilo que possui valor, material ou imaterial, e precisa ser protegido por lei. Diversos bens jurídicos sofreram danos devido ao rompimento da barragem da Vale em 2019. O Anexo 1.1 tem como objetivo reparar os bens jurídicos coletivos, que estão listados e explicados a partir da página 55.



BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

-
-
-
-



A produção de artesanato é uma prática que já acontece aqui dentro da comunidade, mas ainda não está envolvendo muitos os jovens. Está com pessoas que têm esse conhecimento, mas que são poucas. Então a ideia é repassar isso para mais pessoas e fazer a prática de artesanatos tradicionais do Povo Kaxixó, principalmente com brincos, colares, com as saias, com esse tipo de artesanato.

Letícia Helena Ferreira

— Povo Kaxixó

ASSISTA À
ENTREVISTA



► bit.ly/vd-almanaque-r4





ATIVIDADE ECONÔMICA

Artesanato e produção artesanal



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

- Artesanato popular
- Bordados
- Cooperativa de artesãos

● Assentamentos

Capacitação em
fabricação de artesanato
em madeira

● Baú e Piau

- Artesanato em barro
- Capacitação de mulheres
- Feira de artesanato

● Cachoeira do Choro
e Encontro das Águas

Conselho 2

Venda de produtos
artesaniais

- Balneário Reino dos Lagos
- São Marcos e Santa Cecília

Setor 1 (Conselho 2)

Artesanato tradicional
indígena/barro

● Povo Kaxixó

 BENS JURÍDICOS
RELACIONADOS

- 6** Modos de vida
- 7** Atividade econômica
- 12** Trabalho
- 13** Turismo



O projeto que tá pra chegar vai ser uma melhoria pra todos nós, pra ajudar na venda dos ovos, na venda das galinhas... Queríamos um caminhão para transportar as mercadorias, os ovos, os doces, para o Ceasa. Ia ajudar muito, porque a maioria aqui mexe é com galinha. Teria que ter o veterinário para tá melhorando mais, pra recuperar o que já foi perdido de produção.

Luciana de Assunção

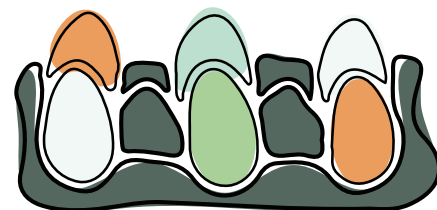
— Novilha Brava e Campo Alegre





ATIVIDADE ECONÔMICA

Avicultura e produtos granjeiros



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

- Galinheiros
- Capacitação técnica
- Produção de ração
- Construção de abatedouro
- Compra coletiva de insumos

● Assentamentos

- Estruturas coletivas: abatedouro e câmara fria
- Capacitação técnica

● Baú e Piauí

- Viveiros
- Abatedouro
- Produção de ração
- Compra coletiva de insumos
- Assistência técnica
- Galpão coletivo

● Novilha Brava e Campo Alegre

Incentivo à avicultura (produção de ovos e corte)

● Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Conselho 2

- Produção de adubo orgânico (esterco de frango)

● Balneário Reino dos Lagos
● Recantos

Granja com energia solar

● São Marcos e Santa Cecília

Setor 1 (Conselho 2)

- Galpão avícola e chocadeira
- Abatedouro
- Assistência técnica
- Capacitação (produção de ração, regras sanitárias, certificação e selo de qualidade)

● Povo Kaxixó

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 Água
- 2 Alimentação
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 10 Produção
- 11 Renda
- 12 Trabalho



A melhoria, primeiro, tem que vir do gado e da pastagem. Pra gente ter condição pra um leite melhor, né? Porque a raça das vacas até que é boa, mas ainda é gado de pouco leite. A gente tem que melhorar a qualidade do gado e o trato. O laticínio aqui seria muito importante, porque aí o leite ia ser produzido diretamente na nossa comunidade, né? Com uma fábrica de queijo, de requeijão, de manteiga, de iogurte... Isso seria muito interessante, não só para a nossa comunidade, mas para toda a região que abraçasse a causa junto com a gente.

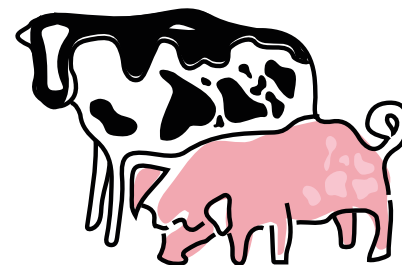
Erliete Rocha Campo

— Assentamentos



ATIVIDADE ECONÔMICA

Bovinocultura e suinocultura



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

- Currais
- Tanque coletivo para armazenamento de leite
- Produção de milho e sorgo para silagem
- Manejo dos pastos
- Poços para dessedentação animal
- Aquisição de novilhas e melhoramento genético das matrizes
- Capacitação técnica
- Laticínio
- Assistência técnica
- Fornecimento de ração

- Assentamentos
- Novilha Brava e Campo Alegre

Cooperativa de ração

- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Setor 1 (Conselho 2)

- Tanque de leite
- Fornecimento de sementes e adubo para produção de silagem
- Assistência técnica

- Povo Kaxixó

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 Água
- 2 Alimentação
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 10 Produção
- 11 Renda
- 12 Trabalho



A potencialidade aqui é a pesca, não tem jeito. Então a comunidade decidiu fazer um galpão com infraestrutura completa que vai ter iscas, rações, tudo num só lugar. Hoje não dá mais para viver da pesca, mas a pesca esportiva não acabou. Só que a gente precisa incentivar as pessoas a virem pra cá. Vai ter dentro do galpão um local para vender peixe frito, porções e também peixe congelado. A nossa ideia é buscar no criatório, que a gente sabe que é um peixe mais saudável.

Quésia Martins dos Santos

— São Marcos e Santa Cecília

ASSISTA À
ENTREVISTA

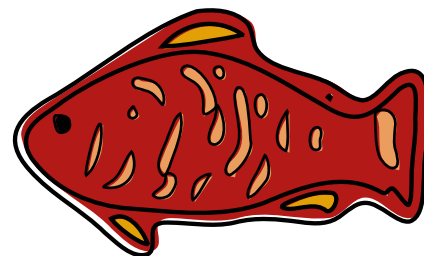


► bit.ly/vd-almanaque-r4



ATIVIDADE ECONÔMICA

Cadeia da pesca (pesca, filetagem, beneficiamento e comercialização)



PROJETOS LOCAIS

Conselho 2

- Câmara fria para armazenamento de peixes
- Beneficiamento de pescado
- Minhocário

● Balneário Reino dos Lagos

- Beneficiamento do pescado
- Galpão com estrutura para comercialização do pescado

● São Marcos e Santa Cecília

- Câmara fria para armazenamento de peixes
- Beneficiamento de pescado

● Recantos

Setor 1 (Conselho 2)

- Preservação de nascentes
- Minhocário

● Povo Kaxixó

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 Água
- 2 Alimentação
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 10 Produção
- 11 Renda
- 12 Trabalho
- 13 Turismo



Nós já tivemos muito turismo de pesca, até torneio de tucunaré. Nós estamos planejando fazer um novo torneio de pesca esportiva. Queremos que a nossa região seja mais frequentada, que tenha mais turismo e que a gente consiga tirar o peixe, né? A gente precisava muito de um galpão pra gente ter uma cozinha, pra servir um almoço, fazer uma feirinha no domingo... ia nos ajudar muito.

Maria Aparecida Guimarães

— Balneário Reino dos Lagos



ASSISTA À
ENTREVISTA



► [bit.ly/vd-
almanaque-r4](https://bit.ly/vd-almanaque-r4)

Cadeia do turismo (hospedagem, passeios, comércio, etc)



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

- Projeto de turismo natural
- Projeto de um parque ecológico
- Pesque e pague
- Preservação das fontes de água
- Projeto de preservação do Cerrado

- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Conselho 2

- Turismo de pesca esportiva
- Construção de quiosque
- Aquisição de balsa para passeio turístico
- Capacitação para pilotos de barco

- Turismo de pesca esportiva
- Área de lazer/camping com churrasqueira

- Recantos

- Balneário Reino dos Lagos
- São Marcos e Santa Cecília

Setor 1 (Conselho 2)

- Áreas de convivência e construção do espaço de lazer
- Casa de apoio
- Projeto de turismo rural

- Povo Kaxixó

Setor 2 (Conselho 2)

Turismo cultural — reforma da área de eventos, reforma do campo, construção de um quiosque, reforma dos banheiros e aquisição de utensílios móveis

- Quilombo Saco Barreiro

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 Água
- 7 Atividade econômica
- 10 Produção
- 11 Renda
- 12 Trabalho
- 13 Turismo
- 15 Lazer
- 20 Economia tradicional



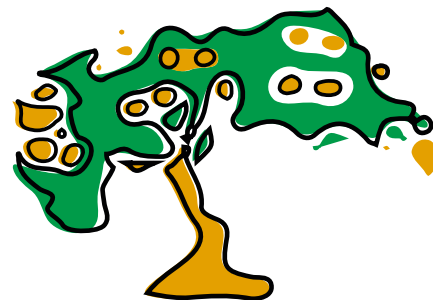
O fruto do Cerrado que tem muito aqui, que perde na época, é o pequi, que pode ser explorado. A polpa do pequi, o doce, o sorvete, o picolé, que é uma delícia. A gente pode tentar fazer um Festival do Pequi para trazer o turismo, para estar expondo. Temos também a acerola, temos muito mamão, dá para fazer doces. Muitas outras coisas que cada um tem no seu quintal e que pode ser explorado também.

Ana Maria Carvalho

— Cachoeira do Choro e Encontro das Águas



Extrativismo



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

Beneficiamento do pequi

- Assentamentos
- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Coleta de madeira para produção de artesanato

- Baú e Piau

Câmara fria para armazenamento de frutos do Cerrado

- Recantos

Setor 1 (Conselho 2)

Extrativismo e beneficiamento do pequi

- Povo Kaxixó

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 2 Alimentação
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 11 Renda
- 12 Trabalho



O projeto que a gente elaborou foi a reforma da área comunitária, tipo um quiosque, para poder vender aquilo que a gente produz em casa. A gente poderia ter o quiosque em si, na comunidade, também já com todos os utensílios dentro: uma geladeira, um balcão, uma balança... Se você não mostra o que você tem, como é que as pessoas vão saber? Então, mostrar o seu produto e ter a área para receber as pessoas é o mais importante. Aí beneficia a comunidade inteira, porque todos vão colocar os seus produtos ali.

Carla de Almeida Ramos

— Comunidade Quilombo Saco Barreiro



Feiras, cooperativismo e associativismo

PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

- Cooperativa de gado leiteiro
- Cooperativa de artesãos

Assentamentos

- Espaço físico e organização de feiras comunitárias
- Cooperativa de ração
- Cooperativa de produtos do Cerrado e hortifrutigranjeiros

- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

- Galpão
- Feira livre
- Escoamento de produção
- Fábrica de móveis
- Cooperativa para comercialização de produtos do Cerrado
- Cooperativa hortifrutigranjeira

- Atingidos de Angueretá

Conselho 2

Minicooperativa para venda de pescado (intermunicipal)

- Balneário Reino dos Lagos

- Cooperativa
- Feiras comunitárias

- Baú e Piaú

Cooperativa de produtos agrícolas

- Novilha Brava e Campo Alegre

Cooperativa

- Recantos



BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 2 Alimentação
- 5 Sociabilidade
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 11 Renda
- 12 Trabalho
- 13 Turismo
- 15 Lazer



A ideia de ter uma organização de quermesse, de festas, de cavalgada foi um projeto que a gente tá elaborando. Antes, nos feriados, a gente não dava conta de atender as pessoas que vinham de fora, passear, pescar, nadar, acampar. Depois do rompimento, acabou, virou um deserto. Então, a gente tá tentando fazer essas festas pra poder tá chamando novamente as pessoas, né?

Jacqueline do Carmo da Silva

— Baú e Piauí



ASSISTA À
ENTREVISTA



► bit.ly/vd-almanaque-r4

Festas tradicionais



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

Organização de ambientes coletivos de socialização: quermesse, festas, cavalgada

- Assentamentos
- Baú e Piauí
- Novilha Brava e Campo Alegre

Galpão multiuso para realização de feiras, festas populares, festivais de frutos do Cerrado

- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Setor 1 (Conselho 2)

Organização de ambientes coletivos de socialização: quermesse, festas, cavalgada

- Povo Kaxixó

Setor 2 (Conselho 2)

Organização de ambientes coletivos de socialização: quermesse, festas, cavalgada

- Quilombo Saco Barreiro

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 Água
- 2 Alimentação
- 5 Sociabilidade
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 11 Renda
- 12 Trabalho
- 13 Turismo
- 15 Lazer



A gente pensou em uma horta em que a gente pudesse trabalhar todo mundo junto e para um ajudar o outro a comercializar esses produtos que a gente plantar. A ideia é a gente trabalhar em conjunto para que cada um faça uma parte para juntar e dar certo para todos. Outra ideia foi fazer farinha num galpão. Uma pessoa poderia plantar as mandiocas, armazenar, torrar e outra levar para a cidade ou para a feira, onde tiver comércio para essa farinha.

Joelma Aparecida Honorato

— Recantos

ASSISTA À
ENTREVISTA



► bit.ly/vd-almanaque-r4



Hortas e quintais produtivos

PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

- Aquisição de insumos (sementes, adubo, maquinário para preparo da terra e irrigação)
- Aquisição de implementos agrícolas (arado, colheitadeira, gradeador, entre outros)
- Aquisição de despoldadeira
- Capacitação técnica e assistência técnica
- Criação de banco de sementes

● Assentamentos

- Insumos (irrigação e estufas)
- Capacitação e assistência técnica
- Espaço para horta coletiva

● Baú e Piau

- Horta comunitária
- Agroecologia
- Projeto de unidades produtivas coletivas e comunitárias
- Estrutura para beneficiamento de frutas

● Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

- Insumos (sementes, adubo e preparo da terra)
- Assistência técnica
- Beneficiamento de produtos
- Produção de adubos

● Novilha Brava e Campo Alegre

Conselho 2

- Horticultura comunitária
- Poço artesiano para irrigação
- Placas de energia solar

- Balneário Reino dos Lagos
- São Marcos e Santa Cecília
- Recantos

Setor 1 (Conselho 2)

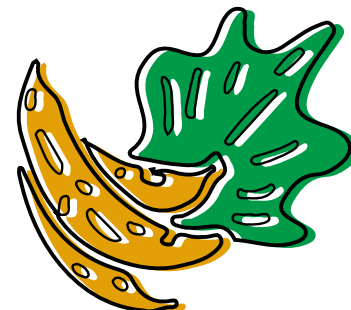
- Quintais produtivos
- Minhocário (húmus)
- Insumos
- Beneficiamento de frutas
- Fabricação de fertilizantes e adubos

● Povo Kaxixó

Setor 2 (Conselho 2)

Produção de mandioca, pimenta, hortaliças, entre outros produtos

● Quilombo Saco Barreiro



BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1** Água
- 2** Alimentação
- 6** Modos de vida
- 7** Atividade econômica
- 10** Produção
- 11** Renda
- 12** Trabalho



Sobre a criação de abelhas, sempre foi um anseio da comunidade investir nessa área e, principalmente, ter capacitação para conseguir tirar o mel na época certa. Já até temos algumas poucas criações de abelha, mas falta essa questão da técnica e também a parte da comercialização. A gente precisa de apoio para poder comercializar o mel e fazer isso de uma maneira sustentável.

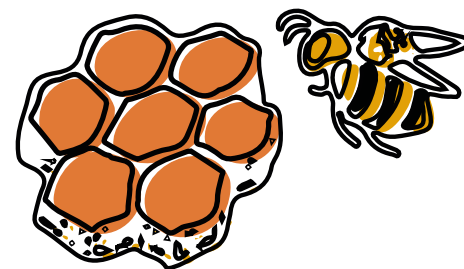
Letícia Helena Ferreira

— Povo Kaxixó



ATIVIDADE ECONÔMICA

Meliponicultura e apicultura



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

Apicultura: produção de mel, cera e própolis

- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Sector 1 (Conselho 2)

- Meliponicultura: atividade que incentiva a preservação de áreas do Cerrado
- Apicultura: fornecimento de caixas de abelha

- Povo Kaxixó

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 2** Alimentação
- 6** Modos de vida
- 10** Produção
- 11** Renda
- 12** Trabalho



A criação de peixe em tanque nós já tínhamos, mas os criatórios que eles tiraram de dentro da represa tão lá perdendo, estragando, porque alguns não tiveram condições de manter. Então retomar a criação de peixe também é uma coisa muito boa. A tilápia, principalmente, pode trazer mais uma renda pra comunidade.

Maria Aparecida Guimarães

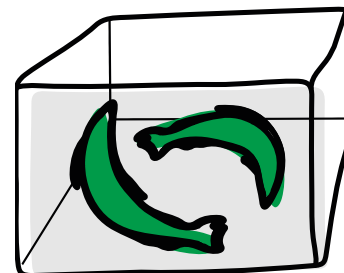
— Balneário Reino dos Lagos





ATIVIDADE ECONÔMICA

Piscicultura



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

Piscicultura

- Assentamentos
- Novilha Brava e Campo Alegre

Projeto de capacitação
para piscicultura
individual

- Cachoeira do Choro
e Encontro das Águas

Conselho 2

Criação de peixes
em tanques

- Recantos

- Caminhão frigorífico
- Criação de peixes
em tanques

- Balneário Reino dos Lagos

- Criação de peixes
em tanques
- Sistema de aeração

- São Marcos e Santa Cecília

Setor 1 (Conselho 2)

- Fornecimento de
infraestrutura (tanque,
bomba d'água e cano)
- Aquisição de alevinos
e ração
- Caminhão frigorífico
- Painéis solares
- Curso técnico

- Povo Kaxixó

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1** Água
- 2** Alimentação
- 7** Atividade econômica
- 10** Produção
- 11** Renda
- 12** Trabalho



Nós escolhemos três principais projetos que poderiam atender à nossa comunidade e à região. Uma fábrica de doces, um galpão e uma cooperativa. O projeto do galpão seria para armazenamento de produções das outras comunidades. A cooperativa vai ser um braço do galpão, para escoamento dessas produções. A fábrica de doces surgiu com o pensamento sobre a culinária da nossa região, a produção local, visando os frutos do Cerrado.

Anderson Vieira

— Angueretá

ASSISTA À
ENTREVISTA



► [bit.ly/vd-
almanaque-r4](https://bit.ly/vd-almanaque-r4)





ATIVIDADE ECONÔMICA

Produção de alimentos e bebidas (quitandas, doces, geleias, licores, etc)



PROJETOS LOCAIS

Conselho 1

Cozinha comunitária e produção de quitandas

- Assentamentos

Fábrica de doces

- Atingidos de Angueretá

Recuperação de tradições culinárias executadas na comunidade

- Baú e Piau

- Criação de uma marca (marketing)
- Cozinha coletiva
- Equipamentos para uso individual

- Novilha Brava e Campo Alegre

Fábrica de produtos do Cerrado

- Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Conselho 2

- Galpão multiuso com cozinha comunitária e infraestrutura para comercialização de produtos
- Venda de quitandas, doces, licores
- Panificadora: padaria para produção e venda de roscas, biscoitos e pães

- Balneário Reino dos Lagos

Galpão e cozinha comunitária

- Recantos
- São Marcos e Santa Cecília

Setor 1 (Conselho 2)

Cozinha comunitária para produção de quitandas, com painel solar

- Povo Kaxixó

Setor 2 (Conselho 2)

- Beneficiamento de produtos, produção de geleias de pimenta e frutas, produção de farinha, biomassa, etc.
- Cozinha comunitária

- Quilombo Saco Barreiro

BENS JURÍDICOS RELACIONADOS

- 1 Água
- 2 Alimentação
- 6 Modos de vida
- 7 Atividade econômica
- 10 Produção
- 11 Renda
- 12 Trabalho

REGIÃO 4

●
CONSELHO
LOCAL 1

●
CONSELHO
LOCAL 2

●
SETOR
LOCAL 1

●
SETOR
LOCAL 2





Projetos aplicáveis na escala regional

(Médios projetos)



ESTE ALMANAQUE apresenta o levantamento de projetos feito junto às comunidades da Região 4, com o envolvimento das Comissões de Pessoas Atingidas. O objetivo foi mapear os desejos, as vontades e as potencialidades de cada comunidade, entendendo o que gostariam que fosse reparado e de que forma.

Para isso, foram levantadas as ideias de projetos locais, as quais foram organizadas em 12 eixos. Três eixos se destacaram por aparecer no levantamento de oito ou mais Comissões: **Produção de alimentos e bebidas; Avicultura e produtos granjeiros; e Hortas e quintais produtivos**. Outros dois eixos também merecem destaque: **Feiras, cooperativismo e associativismo** no Conselho 1; e **Cadeia do turismo** no Conselho 2, que também é formado por representantes dos Setores.

A partir disso, a Assessoria buscou refletir quais dessas ideias poderiam ser implementadas em nível regional. Assim, foi organizada uma proposta inicial com possibilidades de projetos regionais que poderão ser considerados pelos Conselhos.

Não se trata de uma lista final nem dos únicos projetos com vocação regional. Esta é uma contribuição da ATI que busca apoiar as pessoas atingidas na definição de seus projetos e prioridades.



Produção de alimentos e bebidas

(quitandas, doces, geleias, licores, etc)

A produção de alimentos está presente em todas as Comissões, consolidando-se como eixo central para geração de renda e fortalecimento cultural. Em comum, as comunidades demandam cozinhas comunitárias, galpões multiuso e processos de capacitação para a produção de quitandas, doces, pães e derivados. Regionalmente, é possível organizar polos de:

- Transformação e processamento voltados à produção de quitandas, doces, panificação e derivados do leite
- Infraestrutura comunitária e comercialização com cozinhas, galpões e feiras
- Valorização cultural e sustentabilidade, articulando tradições culinárias, produtos do Cerrado e uso de energia solar

Como projeto regional, é essencial também estruturar mecanismos de escoamento da produção que articulem o turismo de base comunitária às cadeias institucionais de comercialização — como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) e outros programas de compras públicas e solidárias. Essa integração pode abranger não apenas os produtos alimentícios processados, mas também hortas, quintais produtivos e demais iniciativas agrícolas, ampliando o alcance e a sustentabilidade da cadeia produtiva regional.



Hortas e quintais produtivos

As hortas e quintais produtivos aparecem em nove Comissões como eixo de geração de alimentos e renda. De forma geral, é importante garantir capacitação técnica, insumos, sistemas de irrigação, estufas, maquinário e apoio ao beneficiamento. Regionalmente, podem ser organizados polos de:

- Produção e cultivo, com hortas coletivas, agroecologia e adubos
- Beneficiamento e processamento, com frutas, polpas e produtos agrícolas
- Infraestrutura e sustentabilidade, com hortas comunitárias, quintais produtivos e tecnologias sustentáveis

O projeto regional deve também garantir o escoamento da produção, conectando agricultura, programas públicos e turismo, fortalecendo a economia local e a autonomia das comunidades.



Avicultura

A avicultura é uma das demandas mais recorrentes, envolvendo criação de aves de postura e corte, capacitação técnica e adequação sanitária. Todas as Comissões destacam que é fundamental investir em criadouros, cursos e assistência técnica. Regionalmente, é possível estruturar polos de:

- ☐ Produção primária voltada à criação de aves e ovos
- ☐ Transformação e abate, com abatedouro, câmara fria e certificação
- ☐ Insumos e sustentabilidade, com produção de ração, energia solar e adubo

Essa articulação pode fortalecer a autonomia local e integrar a cadeia produtiva regional.



Cadeia do turismo (hospedagem, passeios, comércio, etc)

O turismo aparece como estratégia de geração de renda. É importante investir em turismo de base comunitária, com espaços de convivência, lazer e comercialização de produtos, além de investir em turismo cultural voltado aos Povos e Comunidades Tradicionais. Regionalmente, é possível estruturar polos:

- ☐ Natural e ambiental, com ecoturismo, pesca esportiva e preservação
- ☐ Cultural e comunitário, com turismo cultural e fortalecimento das tradições
- ☐ Polo de memória e reparação, transversal, articulando memória do rompimento com preservação ambiental e valorização dos territórios



Feiras e cooperativismo

As cooperativas e feiras comunitárias apresentam-se como um eixo estruturante para dinamizar a economia regional, pois permitem organizar a produção, reduzir custos de escoamento, fortalecer a comercialização coletiva e criar canais estáveis de venda. Esse arranjo tem potencial de articular diferentes setores produtivos já destacados pelas comunidades, funcionando como plataforma comum de integração entre agricultura familiar, pesca, artesanato, agroindústria comunitária e turismo.

Polos de integração:

- Produção de base: hortas, quintais, avicultura, pesca e produtos do Cerrado
- Processamento: cozinhas comunitárias, agroindústrias, móveis e artesanato
- Comercialização: feiras, galpões comunitários e redes intermunicipais
- Turismo e identidade cultural: polos de visitação, gastronomia e saberes tradicionais

[illegible]



Danos coletivos e socioeconômicos



Listagem
completa
bit.ly/98danos

**1 – Água**

Danos associados à perda ou à diminuição do acesso à água

1 – Alteração, interrupção ou restrição de atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades (irrigação, dessedentação animal, produção aquícola, pesca, piscicultura, agricultura familiar, extrativismo animal, etc.) em razão da falta de acesso, da insegurança hídrica ou do acesso restrito à água, em quantidade e/ou qualidade.

2 – Alteração, interrupção ou restrição de atividades culturais coletivas (celebrações religiosas, atividades comunitárias de lazer, etc.) em razão da insegurança hídrica, da falta de acesso ou do acesso restrito a água, em quantidade e/ou qualidade.

3 – Piora na qualidade/disponibilidade do abastecimento público de água.

4 – Recomendação, proibição ou redução do consumo de água de diversas fontes.

5 – Afetação das benfeitorias (deterioradas ou inutilizadas) relacionadas aos tanques de peixes e aos reservatórios de água para consumo humano ou dessedentação animal.

2 – Alimentação

Danos associados à redução da oferta ou da produção de alimentos

1 – Comprometimento da cadeia da pesca em razão das alterações dos recursos pesqueiros (por perda de indivíduos da ictiofauna, incluindo adoecimento e parasitoses em peixes, podendo levar ao desaparecimento de espécies; por alteração da composição e estrutura da ictiofauna, incluindo perda da biodiversidade de espécies nativas ou endêmicas e perda de sítios de reprodução da ictiofauna).

2 – Comprometimento da cadeia produtiva agrícola e extrativista, em decorrência de desequilíbrios da flora e desequilíbrios da fauna ocasionados pelo rompimento.

3 – Redução da oferta de alimentos, impossibilidade de manutenção de modos de produção e hábitos alimentares.

4 – Redução ou interrupção na produção de alimentos.

5 – Proibição e/ou não recomendação sobre o consumo de peixes advindos dos cursos d'água dos territórios

6 – Insegurança quanto ao consumo do pescado e/ou dos alimentos produzidos nos territórios.

7 – Risco à saúde de animais de consumo alimentar, agravado pela exposição à contaminação de águas (subterrâneas ou superficiais), solo ou sedimentos.

8 – Diminuição da oferta de alimentos em razão da interrupção ou da diminuição da agricultura familiar, dos quintais produtivos, do extrativismo e da criação de animais.

3 – Infraestrutura

Danos que impactam negativamente o acesso e uso de infraestruturas básicas

1 – Esgotamento, pressão e danos sobre serviços de saúde em razão das dificuldades de efetivação da cobertura.

2 – Esgotamento, pressão e danos sobre serviços de saúde em razão da perda ou da restrição ao transporte sanitário para efetivação do atendimento à saúde.

3 – Esgotamento, pressão e danos sobre serviços de saúde em razão da falta de RH capacitados para acolhimento e encaminhamento de problemas de saúde relacionados ao rompimento.

4 – Alteração, interrupção ou comprometimento do acesso e/ou do funcionamento dos serviços públicos de educação.

EIXO	⚖️ BEM JURÍDICO	DESCRIÇÃO DO DANO COLETIVO
	4 – Moradia Danos que reduzem e dificultam condições de moradia e habitabilidade de comunidades urbanas e rurais	1 – Privação de liberdade e aumento da sensação de insegurança em razão da presença constante de pessoas estranhas às comunidades, somados ao aumento de roubos e furtos, o que tem levado à adoção de medidas como o gradeamento de moradias e empreendimentos.
		2 – Deslocamento forçado do território para outras localidades e desterritorialização.
	5 – Sociabilidade Danos que prejudicam relações interpessoais, familiares e comunitárias	1 – Afetações aos intercâmbios socioculturais em razão de interrupção, diminuição ou comprometimento dos deslocamentos entre as comunidades por consequência do assoreamento dos cursos hídricos e/ou de dificuldade de acesso às suas margens.
		2 – Agravamento da morbimortalidade por causas externas (violência interpessoal, automutilação, acidentes...).
		3 – Afetação à identidade e à organização social, gerando efeitos nos modos de vida e nas práticas de cunho coletivo das comunidades e territórios.
		4 – Alterações em costumes e práticas sociais que faziam parte da história territorial e que caracterizavam as formas de pertencimento, de ser e estar, afetando, assim, a percepção de valor da própria identidade coletiva dos grupos sociais.
		5 – Restrições às atividades culturais e de troca das relações sociais, identitárias e de pertencimento comunitário, em virtude do rompimento.
		6 – Prejuízos aos encontros comunitários e sua importância para a manutenção da cultura local.
		7 – Agravamento de danos aos grupos específicos (mulheres, pescadores, população negra, idosos, crianças, jovens e outros), em decorrência das condições de vulnerabilidade, das vivências e das particularidades dos modos de vida desses grupos, os quais vivenciam os danos de forma distinta de outras coletividades.
		8 – Aumento da violência em decorrência da ampliação da vulnerabilidade social e da insegurança nas comunidades.
	6 – Modos de vida Danos aos projetos, aos modos e à qualidade de vida	1 – Danos à qualidade de vida da população atingida em decorrência da descaracterização da paisagem.
		2 – Danos à qualidade de vida da população atingida pelo aumento das áreas inundadas e do risco de incêndios.
		3 – Perda de laços e alteração da dinâmica demográfica, incluindo saída compulsória da comunidade por falta de oportunidades laborais ou outro motivo relacionado ao rompimento.
		4 – Alteração profunda das atividades diárias e modos de vida habituais, gerando uma ruptura nas rotinas estabelecidas, demandando reorganização e adaptações forçadas das práticas cotidianas das coletividades para lidar com os danos e as mudanças não previstas antes do rompimento.

7 – Atividade econômica
Danos que impactam negativamente o comércio e a economia local

- 1 – Afetações às economias locais em razão de interrupção, diminuição ou comprometimento dos deslocamentos entre as comunidades por consequência do assoreamento dos cursos hídricos e/ou de dificuldade de acesso às suas margens.
- 2 – Diminuição, perda e/ou restrição da economia, incluindo fragilização das relações comerciais.
- 3 – Diminuição, perda e/ou restrição da economia agropecuária.
- 4 – Danos e prejuízos ao setor da piscicultura.
- 5 – Danos e prejuízos ao setor de comércio formal e informal, pousadas, rede hoteleira, bares e serviços.
- 6 – Estigmatização de produtos e serviços em decorrência de percepções baseadas em estereótipos que levam a uma visão negativa sobre os territórios atingidos, desencadeando em desvalorização econômica pela dificuldade de aceitação no mercado.
- 7 – Afetações aos ciclos econômicos tradicionais (como feiras, festas, eventos artísticos, entre outros).
- 8 – Afetações a outras cadeias econômicas de menor escala.
- 9 – Diminuição, perda e/ou restrição da economia extrativista.
- 10 – Diminuição, perda e/ou restrição econômica da cadeia da pesca.

8 – Mobilidade
Danos que impactam o transporte e a circulação

- 1 – Privação de liberdade e aumento da sensação de insegurança em razão da presença constante de pessoas estranhas às comunidades, somada ao aumento de roubos e furtos, o que tem levado à adoção de medidas como a limitação dos horários de circulação de moradores.

9 – Posse e propriedade
Danos aos direitos e usos de propriedades privadas e coletivas

- 1 – Depreciação do mercado imobiliário em razão da diminuição do valor de venda dos imóveis e/ou da diminuição dos valores de aluguéis e arrendamentos, com reflexo na desvalorização de benfeitorias.

10 – Produção
Danos associados à perda ou à restrição de produção agrícola, agropecuária e extrativista

- 1 – Comprometimento da produção e da comercialização de produtos de origem animal e vegetal em decorrência de toxicidade e bioacumulação na biota (flora e fauna).
- 2 – Interrupção ou diminuição no comércio de pescados e derivados, insumos e materiais utilizados na pesca e/ou na piscicultura.
- 3 – Perda da capacidade produtiva, devido a perda ou deterioração de máquinas, equipamentos ou estoques (seja por avaria ou necessidade de desfazer desses).
- 4 – Danos às atividades de beneficiamento/processamento de produtos .
- 5 – Alteração, interrupção ou enfraquecimento das atividades de associações e cooperativas de produção.

6 – Fragmentação ou enfraquecimento das conexões e colaborações entre os diversos agentes envolvidos (agricultores, pescadores, piscicultores, artesãos, comerciantes, entre outros), impossibilitando o compartilhamento de informações, conhecimentos, recursos (humanos e/ou materiais).

7 – Fragmentação ou enfraquecimento das conexões e colaborações entre os diversos agentes envolvidos (agricultores, pescadores, piscicultores, artesãos, comerciantes, entre outros), comprometendo a economia do território e a capacidade de adaptação da cadeia produtiva como um todo.

8 – Dificuldade e/ou precarização do acesso a políticas de subsídios, crédito agrícola, seguro rural, assistência técnica e capacitação por comunidades rurais atingidas em razão do endividamento pela menor aceitação dos produtos e serviços no mercado.

9 – Desmotivação e/ou abandono de atividades produtivas nas comunidades rurais atingidas e/ou abandono do campo em decorrência da intensificação das desigualdades, da limitação do desenvolvimento econômico e social e/ou da estigmatização dos produtos e serviços e/ou das pessoas atingidas.

11 – Renda

Danos que reduzem o acesso à renda ou aumentam os custos de vida

1 – Danos decorrentes da perda de redes de compra, venda e troca de produtos e serviços, de relações econômicas, oportunidades de empregos, clientes, negócios, empreendimentos, aluguéis, entre outros.

12 – Trabalho

Danos que prejudicam as oportunidades e as condições de trabalho

1 – Danos ao direito ao trabalho e às oportunidades de trabalho.

13 – Turismo

Danos que reduzem as oportunidades e os benefícios do turismo

1 – Arrefecimento da economia do turismo pela interrupção ou diminuição do fluxo de turistas e visitantes nos territórios.

2 – Interrupção, diminuição e/ou alteração na cadeia econômica do turismo, afetando a produção, comércio e serviços formais ou informais, como a rede hoteleira, pousadas, bares, restaurantes, aluguéis de temporada, geração de emprego e renda, entre outros.

3 – Alteração de pontos e atrativos turísticos, como no caso dos recursos hídricos que anteriormente ao rompimento atraíam turistas para as comunidades, mas que em razão da contaminação, deixaram de visitá-las.

4 – Alteração de pontos e atrativos turísticos, como no caso dos recursos hídricos que anteriormente ao rompimento atraíam turistas para as comunidades, mas que em razão do estigma, deixaram de visitá-las.

Educação, Cidadania e Cultura	14 – Educação Danos que dificultam o acesso à educação e prejudicam as condições de ensino	1 – Comprometimento da qualidade e da garantia do direito à educação em decorrência da alteração negativa de qualidade nutricional e segurança alimentar de crianças e adolescentes.
	15 – Lazer Danos que reduzem o acesso ao lazer	1 – Perda ou restrição sobre o lazer e o esporte em razão da perda de formas de contemplação do ambiente natural. 2 – Danos a outras práticas esportivas e às mais diversas opções de recreação nos territórios, como base importante para o bem-estar da comunidade.
	16 – Luto e memória do desastre Dano referente ao sentimento de luto	
	17 – Patrimônio cultural e cultura Danos que afetam o patrimônio e as manifestações culturais locais	1 – Dano às expressões religiosas coletivas, comprometendo as tradições e rituais de fé. 2 – Afetação à continuidade de festividades, cultos e conexão com o sagrado pela dificuldade e/ou impossibilidade de encontrar os recursos naturais necessários para as práticas espirituais e de acessar os locais ideais para tais práticas. 3 – Dano à preservação das práticas fundamentais que compõem a identidade espiritual e cultural das comunidades. 4 – Danos à cultura no território, como a interferência ou impedimento de práticas relacionadas à cultura, história ou tradição locais. 5 – Interferência, alteração de práticas religiosas e de outras atividades culturais, provocando danos à identidade e violação ao sentimento de pertencimento pelas comunidades, afetando também práticas de memória, saberes e tradição oral. 6 – Dissolução e inviabilização do exercício e/ou impedimento do acesso a organizações sociais, práticas religiosas e manifestações culturais comunitárias, incluídas festas, celebrações populares e repasse dos modos tradicionais de fazer.
	18 – Saúde Danos que dificultam o tratamento e agravam as condições de saúde física e mental	1 – Risco à saúde humana devido ao aumento de doenças de veiculação hídrica (tais como dengue, diarreia, leptospirose, rotavírus, toxoplasmose, etc.). 2 – Risco à saúde humana devido ao aumento de doenças respiratórias. 3 – Risco à saúde humana devido ao aumento de dermatites pelo contato com a água. 4 – Risco à saúde humana devido ao aumento de doenças transmissíveis (tuberculose, meningite, gripe, etc.) e neonatais.

DESCRIÇÃO DO DANO COLETIVO

5 — Risco à saúde humana devido ao aumento de doenças relacionadas à fauna sinantrópica (mosquitos, ratos, caramujos, gambás, etc.).

6 — Aumento do sofrimento físico no território em razão de adoecimento ou agravamento de doenças crônicas (tais como hipertensão, diabetes).

7 — Aumento dos gastos com saúde em razão da não oferta de serviços pelo SUS, aumento no consumo de medicamentos, problemas no atendimento (fila de espera), falta de medicamentos, entre outros.

8 — Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência do aumento dos transtornos mentais multicausais e de tentativas de autoextermínio.

9 — Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência do aumento de demandas por cuidados, sobrecarregando familiares e comunidade de membros adoecidos.

10 — Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência da sobrecarga de demanda por participação no processo de reparação (cobranças familiares, comunitárias e/ou das Comissões, estresse e cansaço).

11 — Surgimento e/ou agravamento sistêmico do adoecimento mental nos territórios em decorrência do aumento de conflitos comunitários, aumento de consumo de antidepressivos, aumento de distúrbios do sono e/ou ausência de encontros e festividades.

12 — Dano à saúde pública em decorrência do aumento do consumo de álcool e outras drogas entre a população atingida.

13 — Esgotamento, pressão e danos sobre serviços de saúde em razão do aumento de demanda e/ou do aumento das filas de espera.

19 — Socioassistência

Danos que agravam vulnerabilidades e dificultam o acesso a serviços e a direitos socioassistenciais

1 — Sobrecarga no serviço público de assistência social e aumento do tempo de espera para acesso a programas da assistência social, a profissionais especializados e/ou a outros serviços, e dificuldades devido à suspensão ou à paralisação de serviços, acarretando perda, atraso ou negativa de benefícios socioassistenciais e/ou previdenciários.

2 — Interrupção, diminuição e/ou alteração no acesso a políticas públicas por comunidades rurais, desencadeando processos de intensificação das desigualdades e de limitação do desenvolvimento econômico e social.

3 — Aumento das vulnerabilidades socioeconômicas nos territórios (situação de precariedade e carência).

4 — Ampliação da vulnerabilidade de crianças e jovens em razão da alteração negativa da proteção integral e das políticas socioassistenciais.

Povos e Comunidades Tradicionais

20 – Economia tradicional
Danos aos bens, às posses e às atividades econômicas tradicionais

1 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração da subsistência dos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência dos danos às atividades agropecuárias, à pesca e/ou ao extrativismo.

2 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração na comercialização dos produtos e na oferta de serviços pelos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência da diminuição de turistas nos territórios.

3 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração na comercialização dos produtos e na oferta de serviços pelos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência da estigmatização desses produtos, serviços e dos territórios.

21 – Tradição cultural
Danos à cultura, à sociabilidade e à religiosidade tradicional

1 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração da reprodução sociocultural dos Povos e Comunidades Tradicionais em decorrência da fragilização do direito à autodeterminação e da autonomia à livre escolha das suas formas de vida.

2 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração da identidade sociocultural dos Povos e Comunidades Tradicionais, em decorrência dos danos aos saberes tradicionais, aos modos de vida e às tradições comunitárias e/ou religiosas.

3 – Diminuição da frequência ou interrupção das celebrações tradicionais e dos cultos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

4 – Comprometimento, interrupção e/ou alteração dos ofícios tradicionais, realizados conforme os saberes tradicionais, transmitidos na oralidade e aperfeiçoados a partir do convívio com o território.

Complementar

23 – Reparação
Danos causados ou relacionados a ações de reparação

1 – Dano moral coletivo pela negativa ou suspensão injustificada de medidas emergenciais mitigatórias e/ou pela restrição de acesso a outras ações da reparação.

2 – Falta de acesso à informação adequada referente aos danos decorrentes do rompimento e ao processo de reparação.

3 – Limitações na participação de grupos de pessoas atingidas nas ações do processo de reparação em decorrência da falta de acesso ou acesso precário à internet.

4 – Precarização da participação de grupos em vulnerabilidade socioeconômica em razão da necessidade de se ausentar do trabalho para participação nas ações da reparação, além de gastos adicionais com transporte e alimentação.

5 – Conflitos comunitários causados por falta de acesso, falhas no cadastramento e recebimento das medidas emergenciais.

6 – Alterações na capacidade de logística das estradas rurais para escoamento de produção, para intercâmbios socioculturais entre comunidades e para acesso a infraestruturas públicas (como as de saúde, Unidades de Pronto Atendimento, hospitais, etc.) em razão do aumento de fluxo de veículos da Vale e/ou de empresas terceirizadas.

7 – Agravamento da privação de liberdade e aumento da sensação de insegurança em decorrência das medidas de vigilância impostas pelas empresas ou por suas terceirizadas, especialmente nos espaços de reunião das pessoas atingidas.



Foto: Daniela Paoliello



Quilombo Saco Barreiro
Foto: Daniela Paoliello



Momento 4 – Cáritas
Foto: Paulo Marques



Quilombo Saco Barreiro
Foto: Paulo Marques



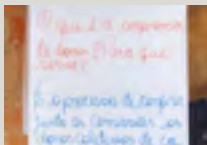
Encontro de Bacia
Anexo 1.1
Foto: Fabiano Lana



Folheto feito pela
Comissão Cachoeira do
Choro e Encontro das
Águas



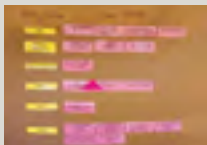
Folheto feito pela
Comissão Angueretá



Novilha Brava
e Campo Alegre
Foto: Paulo Marques



Novilha Brava
e Campo Alegre
Foto: Paulo Marques



Conferência de danos
Foto: Paulo Marques



Primeira formação
com Entidade Gestora,
Pompéu
Foto: Paulo Marques



Reunião comunitária,
aldeia Kaxixó
Foto: Paulo Marques



Encontro de Comissões
Foto: Daniela Paoliello



Encontro de Comissões
Foto: Mídia Jovem R4



Festa do Pequeno – Povo
Kaxixó
Foto: Daniela Paoliello



Cachoeira do Choro
Foto: Paulo Marques



Novilha Brava
Foto: Daniela Paoliello



Assentamentos
Foto: Daniela Paoliello



São Marcos
Foto: Paulo Marques



Balneário Reino
dos Lagos
Foto: Paulo Marques



Recantos
Foto: Paulo Marques



Quilombo Saco Barreiro
Foto: Daniela Paoliello



Novilha Brava
Foto: Daniela Paoliello



Foto: Daniela Paoliello



Foto: Pixnio (CC0)



Balneário Reino
dos Lagos
Foto: Paulo Marques



Cachoeira do Choro
Foto: Paulo Marques



Quilombo Saco Barreiro
Foto: Daniela Paoliello

Organização

Júlia Guimarães Barbosa
Taís de Paula Barbosa Sousa

Texto – Apresentação

Júlia Guimarães Barbosa

Texto – Caminhos e ferramentas populares de consulta

Francisco José Sousa Rocha
Isabela Alves Caiafa
Enya Dias Barros

Texto – Formiguinhas

Integrantes das Comissões
da Região 4

Entrevistas

Joana Tavares
Daniela Paoliello
Paulo Marques

Edição de textos

Natália Ferraz

Edição de imagens

Daniela Paoliello
Priscila Justina

Revisão

Natália Ferraz

Levantamento de potencialidades junto às pessoas atingidas

Camila Marina Teixeira Ferreira
Denis David do Nascimento
Douglas Roberto Amaral da Silva
Eliane de Oliveira Neves
Enya Dias Barros
Francisco José Sousa Rocha
Henrique Kangussu Mendes
Isabela Alves Caiafa
Jussara Soares da Silva
Lilian Rodarte Nascimento
Renata Maia Noronha
Paula Carolina Viana Santos

Sistematização e organização do conteúdo

Amanda Guerra Valadão
Thais das Chagas Moura
Taís de Paula Barbosa Sousa
Júlia Guimarães Barbosa
Manuella Lacerda

Projeto gráfico

Priscila Justina

Fotografias

Daniela Paoliello
Fabiano Lana
Mídia Jovem R4
Paulo Marques





PROJETOS DAS
COMUNIDADES
ATINGIDAS